

Educação Superior, Inserção Profissional e Origem Social: Limites e Possibilidades
College Degree, Insertion in the Job Market and Social Background: Limitations and Possibilities

Ana Heloísa da Costa Lemos
Doutora em Sociologia – IUPERJ
Professora dos cursos de graduação e de pós-graduação *Stricto Sensu* e *Lato Sensu* do Depto. de Administração da PUC-RJ
Rua Marquês de São Vicente, 225 – Rio de Janeiro – RJ – 22451-900.
aheloisa@iag.puc-rio.br

Veranise Jacobowski Correia Dubeux
Doutora em Engenharia Mecânica – COPPE/UFRJ
Professora dos cursos de graduação do Depto. de Administração da PUC-RJ e da ESPM Rio
Rua Marquês de São Vicente, 225 – Rio de Janeiro – RJ – 22451-900.
veranise.dubeux@iag.puc-rio.br

Sandra Regina da Rocha-Pinto
Doutora em Educação – PUC-Rio
Coordenadora do curso de graduação e professora dos cursos de pós-graduação *Stricto Sensu* e *Lato Sensu* do Depto. de Administração da PUC-RJ
Rua Marquês de São Vicente, 225 – Rio de Janeiro – RJ – 22451-900.
sanpin@iag.puc-rio.br

Resumo

O artigo objetivou analisar os impactos da formação universitária na inserção profissional de formandos do curso de Administração, tendo em perspectiva o debate teórico mais amplo sobre os efeitos dessa formação na inserção social de seus detentores. Para alcançar o objetivo realizou-se um levantamento, nos anos de 2007, 2008 e 2009, junto a alunos do curso de Administração de uma renomada Universidade particular do Rio de Janeiro, que procurou explorar as possíveis relações entre a obtenção do diploma, a origem social do diplomado e a sua inserção no mercado de trabalho. Foram abordados alunos do último semestre do curso e analisadas variáveis como perfil sócio-econômico; grau de escolaridade dos pais e ocupação atual. Buscou-se identificar possíveis diferenças entre as condições de inserção no mercado de trabalho dos respondentes de maior e menor renda. Os resultados obtidos, não indicaram diferenças entre os postos de trabalho ocupados pelos indivíduos oriundos dos dois grupos, reforçando a premissa de que a educação tem uma influência decisiva na inserção social e profissional.

Palavras-chave: Educação. Mobilidade Social. Empregabilidade.

Abstract

The goal of this study was to investigate the impact of college education on the professional insertion of undergraduates from the Business Administration Course. In order to help achieve its objectives, a study was launched in 2007, 2008 and 2009 with business

administration students that studied at a famous private university in RJ, which intended to understand the possible relation in obtaining a diploma, the social status of those who get a diploma and its insertion in the job market. The students chosen to participate at this survey were attending the last semester and different variables were taken into consideration such as socioeconomic status, parents educational level and current occupation. The study intended to identify possible differences between the opportunities to find a job among the participants with higher or lower income. The research results did not indicate that there is any difference between the two groups as possibilities of insertion in the market place, reinforcing the idea that the decisive factor in regard to social and professional insertion is related to education.

Keywords: Education. Social Mobility. Employability.

1. Introdução

A intensificação dos processos de inovações organizacionais e tecnológicos, a integração entre os mercados e o crescimento da competitividade entre as empresas têm intensificado o debate e o interesse relativos às temáticas sobre o trabalho, bem como a reflexão acerca da relação entre educação e inserção no mercado de trabalho (ANDRADE, 1998; ASSIS, 1994; DELUIZ, 1999; DAL ROSSO, 2008; FIDALGO, 1999; MACHADO, 1994, 1998; MILITÃO, 1998; PERROTA, 1995; ROCHA-PINTO, 2004; SALM, 1994). No âmbito do debate acerca das transformações em curso, a questão da formação dos trabalhadores ganha, portanto, proeminência: a educação formal e a qualificação profissional situam-se, atualmente, como elementos de competitividade, de facilitação de acesso ao emprego, de garantia de estabilidade e de geração de empregabilidade (BALASSIANO; COSTA, 2006; DUTRA, 2010). Ademais, na medida em que as políticas de emprego e renda, sustentadoras de um projeto de desenvolvimento social, mostram-se insuficientes, tanto o esforço para a aquisição de competências quanto o desenvolvimento de aspectos cognitivos, técnicos, de gestão e atitudes passam a ser atribuídos aos indivíduos com vistas a torná-los competitivos e empregáveis (SHINZAKI; SACHUK, 2005). Contudo, a valorização da qualificação profissional e, por extensão, da educação formal, apesar de crescente, não é consensual. As críticas a essa perspectiva vem tanto de educadores que apontam a instrumentalização da educação subjacente a esse discurso (RODRIGUES, 1997; MACHADO, 1998; FERRETTI *et alli*, 1999; GENTILI, 2005; FRIGOTTO, 2001; 2005), quanto de sociólogos que questionam os pressupostos da teoria do capital humano que embasam a crença na educação como potencializadora da competitividade individual (CARDOSO, 1997; 2000).

O questionamento sobre a possibilidade da educação formal efetivamente aumentar as chances individuais de inserção no mercado de trabalho, bem como a ascensão social que esse ingresso tende a possibilitar, motivou a retomada do trabalho de Bourdieu (1988), que discute as condições estruturais de reprodução das posições de classe na sociedade francesa. As conclusões apresentadas pelo autor permitem questionar a crença na “conquista da empregabilidade” que concebe a educação como garantidora da inserção qualificada dos indivíduos no mercado de trabalho. Em *A Distinção* (1988) Bourdieu discute a estratificação social da sociedade contemporânea, baseado em extensa pesquisa realizada nos anos sessenta e setenta do século passado, abordando os mecanismos sociais reprodutores dessa estratificação. Ao destacar que as chances daqueles nascidos no seio das elites sócio-culturais da sociedade se manterem nessa condição, em sua vida adulta, são tão grandes quanto as chances dos filhos dos menos favorecidos reproduzirem as condições de vida de seus pais, no futuro, Bourdieu ressalta a dimensão estrutural da inserção social, que relega a segundo plano a possibilidade dos esforços individuais, expressos em grande medida pela ampliação do capital cultural, romperem as fronteiras de classes. Ao apresentar seus resultados de pesquisa, Educação Superior, Inserção Profissional e Origem Social: Limites e Possibilidades

o autor ressalta que a conquista de titulação superior tem impactos diferenciados na inserção profissional e social de seu possuidor, sendo maior para os filhos das elites culturais e econômicas, e menor para os oriundos das classes trabalhadoras. As conclusões do autor reforçam o questionamento acerca da real possibilidade da educação formal ser um elemento decisivo para a obtenção de emprego/trabalho, não obstante os arautos da empregabilidade (BRIDGES, 1995; MINARELLI, 1995; 2010; BARDUCHI *et alli*, 2010) advogarem essa premissa. Será o diploma de curso superior um ativo decisivo para a inserção do indivíduo no mercado de trabalho ou esse é apenas mais um requisito para tal inserção, porém subordinado em importância à origem social de seu detentor?

Tendo como pano de fundo o estudo de Bourdieu, o debate acerca da qualificação como determinante da empregabilidade adquire novos tons: torna-se relevante investigar se as chances de inserção do indivíduo no mercado de trabalho são potencializadas por sua qualificação profissional ou por sua origem social, ou se, de alguma forma, essa influencia aquela. Como decorrência, é plausível questionar em que medida a contratação de novos trabalhadores baseia-se exclusivamente em critérios meritocráticos ou se aspectos associados à origem social dos indivíduos são também levados em consideração.

Com o objetivo de esboçar respostas a essas indagações foram realizados, entre os anos de 2007 e 2009, três levantamentos em que se buscou investigar as condições de inserção no mercado de trabalho de formandos do curso de Administração de Empresas de uma Instituição de Ensino Superior Privada (IES), do Rio de Janeiro. Tendo como base dados obtidos por meio de questionário fechado, os referidos levantamentos procuraram relacionar a inserção no mercado de trabalho dos respondentes com seu perfil sócio-econômico, visando discutir, à luz da amostra pesquisada, em que medida a origem social dos sujeitos investigados influenciou a obtenção do emprego. Dado que todos os respondentes estavam em fase de conclusão em uma IES conceituada, procurou-se investigar uma eventual associação entre os estratos econômicos de origem destes indivíduos e as características de seu estágio ou emprego, sendo considerado, para esta análise, o tipo de empresa e a remuneração recebida. Entendeu-se que a possível convergência dos indicadores de emprego de melhor qualidade e origem sócio-econômica privilegiada, por um lado, e o emprego de qualidade inferior e origem sócio-econômica menos privilegiada, por outro, em uma amostra de indivíduos com a mesma formação profissional, poderia ser interpretada como um reforço à tese de Bourdieu. Sem a pretensão de apresentar evidências definitivas à questão da reprodução das desigualdades sociais no contexto brasileiro, o presente trabalho procurou explorar a empregabilidade de jovens *vis-à-vis* sua origem sócio-econômica. Para tanto, este trabalho encontra-se estruturado em cinco seções, incluindo esta introdução. A segunda aborda os aspectos teóricos do trabalho; a terceira descreve os procedimentos metodológicos utilizados para coletar os dados; a quarta expõe o tratamento e análise descritiva e inferencial dos dados e, finalmente, a quinta apresenta as conclusões, limitações do estudo e recomendações para futuras pesquisas.

2. Aspectos teóricos

A abordagem conceitual da estratificação social da sociedade contemporânea é um dos temas centrais da obra de Bourdieu (1988; 1998). Mas é em “A Distinção” (1988) que o autor aprofunda seus estudos sobre essa temática, ao discutir os resultados de pesquisas realizadas nas décadas de 1960 e 1970 na França, sobre as bases sociais do julgamento e do gosto. Apesar de abordar a temática de forma matizada - Bourdieu entende o campo social como um espaço multidimensional de posições, portanto irreduzível a classificações meramente econômicas (BOURDIEU, 1998) - o autor ressalta a existência de condições estruturais que reproduzem as desigualdades sociais.

Lemos, A. H. C.; Dubeux, V. J. C.; Rocha-Pinto, S. R.

Ao identificar os diferentes estratos sociais a partir de sua maior ou menor detenção dos capitais econômico e cultural, Bourdieu argumenta que a mobilidade social vertical na sociedade francesa é bastante restrita, pois a origem social dos indivíduos condiciona, em grande medida, suas trajetórias futuras. Por entender o campo social como um campo de forças, isto é, “um conjunto de relações de forças objetivas impostas a todos que entrem nesse campo e irredutíveis às intenções dos agentes individuais” (BOURDIEU, 1998, p.134), o autor revela a dinâmica subjacente à reprodução da estratificação social. As propriedades atuantes que constroem o espaço social são os diferentes tipos de capital - econômico, cultural - que se impõem em cada campo determinado. O acúmulo de uma espécie de capital garantiria superioridade aos agentes naquele campo em que esse capital é um “trunfo”. Nos termos do autor:

o volume de capital cultural (o mesmo valeria, *mutatis mutandis*, para o capital econômico) determina as probabilidades agregadas de ganho em todos os jogos em que o capital cultural é eficiente, contribuindo desse modo para determinar a posição no espaço social (na medida em que essa posição é determinada pelo sucesso no campo cultural). (BOURDIEU, 1998, p.134)

A posição dos diferentes indivíduos no espaço social seria, assim, definida pela posição ocupada nos diferentes campos, posição essa associada à detenção do tipo de capital atuante em cada campo específico, principalmente os capitais econômico e cultural. Dessa forma, a posição dominante de um agente no campo econômico decorre do elevado acúmulo de capital econômico desse agente. Mas, essa posição privilegiada não se reproduz, necessariamente, no campo em que o capital cultural é o proeminente, a menos que esse mesmo indivíduo seja detentor, também, de expressivo capital cultural. Apesar dos diferentes tipos de capital atuarem em campos distintos, Bourdieu (1998) destaca que há relação entre eles. O autor afirma que o capital cultural – distintivo da condição de membro da elite cultural – pode ser obtido pelos filhos das elites econômicas, por meio do sistema escolar, da mesma forma em que o capital cultural – consubstanciado em formação universitária - pode ser convertido em capital econômico por aqueles que não nasceram no seio da classe detentora de maior capital econômico.

Apesar de Bourdieu analisar a relação entre as diferentes espécies de capital, o que poderia sugerir uma mobilidade social mais intensa, a possibilidade da conversão de uma espécie em outra é relativizada em seus estudos. Em “A Distinção” (1988) o autor revela que a origem social dos indivíduos direciona suas aspirações, refletindo em suas trajetórias individuais, trajetórias de classe. Ao abordar a questão da escolaridade e a obtenção de diploma de curso superior, importante símbolo do capital cultural, Bourdieu revela que os filhos das elites detentoras de elevado capital econômico e, principalmente, cultural, obtêm os maiores índices de titulação superior. Para ilustrar essa percepção, o autor apresenta dados estatísticos, indicadores de que os percentuais dos filhos dos advogados, engenheiros e outros profissionais com formação universitária que desempenham funções análogas as de seus pais (41,7%) é sensivelmente maior do que os percentuais do conjunto de indivíduos (25,7%) que ocupam esses postos de trabalho. A mesma tendência à reprodução das profissões dos pais se manifesta entre os operários, técnicos e contramestres, “pois 41,1% dos filhos de técnicos cumprem funções de produção, fabricação ou manutenção frente a 29,7% do conjunto” (BOURDIEU, 1988, p.133). Com esses e outros resultados de pesquisa, Bourdieu reforça a tese de que os filhos dos detentores de maior capital econômico ou cultural tendem a reproduzir essas heranças, da mesma forma que os filhos dos possuidores de menor capital têm menores chances de aumentarem seu capital, seja cultural ou econômico.

A origem privilegiada teria impacto não apenas na obtenção do diploma, mas também nas condições de fazer valer essa titulação, pois o aumento do número de titulados tende a diminuir o valor dessa formação. Nesse sentido, o autor pondera que “a titulação vale o que Educação Superior, Inserção Profissional e Origem Social: Limites e Possibilidades

vale econômica e socialmente seu possuidor, sendo o rendimento do capital escolar função do capital econômico e social que pode ser dedicado à sua valorização” (BOURDIEU, 1988, p.133). Em outros termos, os detentores de diplomas universitários, filhos das elites, têm mais oportunidades de validar e transformar em capital econômico a formação conquistada do que os filhos das classes trabalhadoras que não possuem a mesma rede de relações nem o mesmo prestígio dos “bem nascidos”. As diferentes valorações que o diploma superior teria para aqueles oriundos de estratos sociais diferentes poderiam ser explicadas, na visão do autor, pela combinação desse recurso com o capital social, capital constituído pelas relações sociais cultivadas pelos indivíduos. Essas relações seriam capazes de garantir os ‘apoios úteis’: a honorabilidade e a respeitabilidade necessárias para se assegurar a confiança da boa sociedade e se ter acesso a posições diferenciadas. A combinação do capital social à educação formal superior potencializaria as chances de o diplomado converter em capital econômico a formação obtida. Os contatos e relacionamentos sociais constituir-se-iam em ativos capazes de abrir as portas aos bons empregos e à boa clientela. Esses ativos permitiriam aos filhos das elites econômica e/ou cultural reproduzirem sua condição social.

A questão das “vocações” também aparece para Bourdieu como um debate condicionado pela posição social. Suas pesquisas revelam que os filhos das elites econômicas e culturais têm, em sua maioria, vocação para carreiras universitárias e para gerenciar os negócios da família. Enquanto isso, os filhos de trabalhadores pouco qualificados, repetindo a trajetória de seus pais, dirigem suas aspirações profissionais para ocupações que demandam menor qualificação. Em outros termos, o autor considera que a origem social dos indivíduos direciona suas aspirações, refletindo em suas trajetórias profissionais individuais, trajetórias de classe. Bourdieu considera que, mesmo as eventuais exceções, isto é, os casos dos indivíduos que, não obstante a origem social menos favorecida, logram ascender na escala social, não contradizem a tendência estrutural delimitadora das trajetórias coletivas. Aqueles que rompem, em alguma medida, com o destino inscrito em sua origem, acabam por seguir, em certos aspectos, os hábitos de sua classe. Introduzindo ao debate o conceito de *habitus* - central à sua obra - Bourdieu (1998) revela a dinâmica, reproduzida e consubstanciada nos hábitos, nos gostos e no estilo de vida, que fazem da estratificação social um fenômeno de forte condicionamento estrutural, portanto pouco permeável a mudanças.

Sem negar a importância do capital cultural como reproduzidor da condição de membro das elites culturais, em primeira instância, e econômica, em segunda, pois o capital cultural pode ser convertido em capital econômico, os argumentos de Bourdieu (1998) permitem relativizar o impacto da educação superior formal na inserção profissional e social de seu possuidor: ele tende a ser mais intenso para aqueles que podem combiná-los com outros tipos de capital. Nesse sentido, pode-se argumentar que a educação formal, expressão mais trivial do capital cultural, é um recurso tanto mais eficaz quanto maior capital social e econômico possui seu detentor. Não é um recurso que amplia, *a priori*, as chances de ascensão social de todos os seus possuidores, visto que essas chances são resultantes da combinação desse ativo com outros tipos de capital. Logo, uma formação superior em universidade de renome, ainda que possa abrir portas para os diplomados oriundos das classes populares, provavelmente não abrirá as mesmas portas que se apresentam aos originários das classes dominantes. Ademais, a condição de detentor de maior capital cultural - expresso na obtenção de diploma de curso superior - está, segundo o autor, fortemente condicionada pela origem social: a probabilidade de filhos das elites econômica e/ou cultural obterem diplomas é sensivelmente superior à probabilidade dos filhos daqueles que possuem pouco capital econômico e cultural alcançarem esse mesmo objetivo.

As considerações do autor, apesar de terem como referência a sociedade francesa, permitem refletir sobre a realidade brasileira contemporânea, na medida em que o impacto positivo do capital social e da origem familiar do detentor de diploma de curso superior em

sua inserção profissional e social não são fatos alheios ao nosso contexto. Tendo como referência esse debate, o presente estudo procurou explorar as possíveis relações entre a obtenção do diploma, a origem social do diplomado em Administração de Empresas de uma IES privada e sua inserção no mercado de trabalho.

3. Aspectos metodológicos

O objetivo geral proposto para este trabalho foi analisar a pertinência das considerações de Bourdieu, *vis-à-vis* a realidade brasileira contemporânea. Para alcançar este objetivo foi realizado um levantamento com vistas a mapear e analisar as condições de inserção no mercado de trabalho dos formandos do curso de graduação em Administração de Empresas de uma IES privada considerada de excelência por seus pares e agentes reguladores, em três anos consecutivos (2007, 2008 e 2009). A pesquisa, de natureza quantitativa descritiva e inferencial, apoiou-se em um questionário estruturado com 16 perguntas fechadas e 3 abertas. Por se tratar de uma pesquisa descritiva, buscou-se apontar características de uma determinada população, com base em amostras maiores e representativas. Quanto ao tamanho da amostra: no Ano 1 (2007) representou 37% dos alunos formandos; no Ano 2 (2008), 52% e, no Ano 3 (2009), 44% dos formandos do curso de graduação em Administração de Empresas de uma IES privada.

O instrumento de pesquisa contemplou as seguintes variáveis: perfil sócio-econômico; grau de escolaridade dos pais; ocupação atual; emprego atual; forma de seleção; grau de proficiência em inglês; conhecimento de outros idiomas; hábitos de viagem. As questões abertas objetivavam identificar a escola em que o(a) aluno(a) cursou o ensino médio e o fundamental e conhecer o motivo pelo qual o mesmo(a) não se encontrava inserido(a) no mercado de trabalho. Esse estudo iniciou-se em 2007, abordando os alunos no momento da defesa do trabalho de final de curso. O mesmo procedimento foi adotado nos anos seguintes, 2008 e 2009, quando novamente os formandos foram solicitados a preencher os questionários impressos. Após o retorno dos questionários preenchidos, as amostras resultantes foram as seguintes: em 2007, 89 alunos (Ano 1); em 2008, 115 alunos (Ano 2); em 2009, 108 alunos (Ano 3).

Os dados coletados foram armazenados em um banco de dados do Excel para Windows (*Microsoft Corporation*). A análise e a interpretação dos dados obtidos na fase descritiva da presente pesquisa foram realizadas com o auxílio do software SPSS versão 18 (*Statistical Package for the Social Science*) para Windows, por meio da utilização das seguintes ferramentas estatísticas: a) análise de dados relacionados com a frequência simples e acumulada, média e desvio padrão e b) testes estatísticos t e a análise da variância dois fatores sem repetição (ANOVA) para inferir as médias salariais amostrais dos grupos analisados. Partiu-se da premissa de que havia uma distribuição normal populacional dos dados analisados para fazer a inferência estatística proposta. Com vistas a aumentar a confiabilidade desta premissa foi realizado um teste de normalidade, teste K-S (Kolmogorov-Smirnov), para algumas variáveis quantitativas, as quais apresentaram resultados que apontaram para normalidade. Devido ao fato de não se conhecer o desvio padrão-populacional das variáveis analisadas, optou-se por aplicar o teste t.

Com o propósito de comparar o parâmetro estatístico (média salarial) relacionado aos pressupostos de Bourdieu (1998), empregou-se o teste t de hipóteses para a comparação das médias salariais dos grupos em análise, ano a ano. Esse procedimento - o teste de hipóteses t - permitiu verificar se havia uma diferença significativa entre as médias salariais dos grupos, a cada ano. Para complementar o estudo, procedeu-se à análise da variância de dois fatores sem repetição (ANOVA), que avaliou a existência de uma diferença significativa entre as médias dos grupos. Pretendeu-se, com essas análises, identificar possíveis similaridades entre as Educação Superior, Inserção Profissional e Origem Social: Limites e Possibilidades

remunerações recebidas pelos respondentes. A essas observações somou-se a análise qualitativa dos postos de trabalho ocupados pelos formandos da IES investigada. Os resultados obtidos são discutidos na seção seguinte.

4. Análise e discussão dos resultados

Para analisar os resultados relacionados à empregabilidade dos formandos, nos três anos consecutivos em que foram realizados os levantamentos, foram criados três grupos, baseados nas rendas familiares indicadas pelos entrevistados. A escolha da renda familiar, como critério de definição dos grupos, deveu-se à intenção de delinear grupos que separassem os indivíduos menos privilegiados dos mais favorecidos economicamente. Subjacente a essa separação estavam considerações de Bourdieu (1998) acerca das condições que os indivíduos têm em transformar o capital cultural, em grande medida obtido por intermédio da educação formal, em capital econômico. Para o autor, a probabilidade de fazer valer a titulação obtida estaria condicionada à origem econômica e social de seu possuidor. Para explorar a premissa do autor de que a inserção no mercado de trabalho de um indivíduo relaciona-se à valoração que sua formação acadêmica goza no mercado das ocupações, o foco da investigação direcionou-se para a identificação de possíveis diferenças entre as condições de inserção no mercado de trabalho dos indivíduos investigados, *vis-à-vis* sua origem social. Com base nos postulados de Bourdieu (1998), e tendo em vista o fato de os formandos investigados serem todos oriundos da mesma IES, tendo recebido a mesma formação universitária, entendeu-se que a observação de diferenças sensíveis no que tange à inserção no mercado de trabalho poderiam estar associada à origem social dos indivíduos investigados. A Tabela 1 sintetiza a distribuição da renda familiar dos grupos A, B e C, no período pesquisado (2007, 2008 e 2009), identificados como anos 1, 2 e 3, e apresenta os percentuais representativos de cada grupo.

Tabela 1 – Resumo da Distribuição da renda familiar por ano.

Renda Familiar	Grupos	Ano 1		Ano 2		Ano 3	
		fi	%	fi	%	fi	%
até R\$2.000,00	A	7		6		15	
de R\$2.000,99 a R\$5.000,00		14	24%	20	23%	20	32%
de R\$5.000,99 a R\$8.000,00	B	4		16		10	
de R\$8.000,99 a R\$12.000,00		23	30%	21	32%	9	18%
de R\$12.000,99 a R\$ 16.000,00	C	8		17		10	
acima de R\$16.000,99		33	46%	35	45%	44	50%
Total		89	100%	115	100%	108	100%

Nota. fi: frequência absoluta.

Com o intuito de identificar diferenças entre as condições de inserção no mercado de trabalho de indivíduos com origens sociais heterogêneas, para efeitos da presente análise, focaram-se somente os grupos A e C, por representarem as posições mais contrastantes no que tange à condição sócio-econômica da amostra pesquisada. Esses indivíduos são referidos no estudo como “menos privilegiados” e “mais privilegiados”. Os indivíduos dos grupos B não foram, portanto, incluídos na análise. É importante ressaltar que, apesar de as faixas de renda familiar dos integrantes dos grupos A estenderem-se até R\$5.000,00, fato que não indica uma condição desfavorecida, à luz dos indicadores mais gerais da estratificação social brasileira, observaram-se outros componentes do perfil sócio-econômico desses alunos, como a condição

de bolsista. Constatou-se que, no ano 2, 81% dos indivíduos do grupo A eram bolsistas integrais na IES e, no ano 3, 86% desse grupo encontravam-se nessa mesma condição. Outro aspecto relevante observado, a escolaridade dos pais - indicativa do capital cultural herdado pelos indivíduos - mostrou-se diferente para os grupos A e C, conforme a Tabela 2 revela. A escolaridade dos pais dos formandos do grupo A é notadamente inferior aos pais do grupo C, podendo-se observar um percentual expressivo de pais do grupo A com escolaridade que não ultrapassa o Ensino Fundamental (24%, 36% e 30%, respectivamente, nos três anos pesquisados), ao passo que os pais do Grupo C concentram sua escolaridade nas faixas que pressupõem, pelo menos, o ensino superior completo (83%, 78% e 83%, respectivamente) em linha com a premissa de Bourdieu de que os filhos “herdam” as vocações dos pais. Há muitos mestres e doutores nesse grupo, contrastando com a quase ausência deles no grupo A. O hábito de viajar para o exterior, outro elemento capaz de demarcar a condição de elite econômica e cultural de seus possuidores, também se revela diferente nos dois grupos, conforme indicado na Tabela 3. Foi com base nessas constatações que se considerou que os integrantes dos grupos A e C contrastam não só em função da maior ou menor renda familiar, mas também em decorrência dessas variáveis, indicativas do capital cultural de seus detentores (BOURDIEU, 1988).

Tabela 2 – Escolaridade dos pais.

Escolaridade do Pai	Grupo A (%)			Grupo C (%)		
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 1	Ano 2	Ano 3
E. F. Incompleto	14	24	22	0	2	0
E. F. Completo	29	20	16	0	2	2
E. M. Completo	34	44	30	17	17	12
Graduação	14	0	19	44	30	36
Especialização	5	8	6	27	23	25
Mestrado e/ou Doutorado	5	0	3	12	25	22
Não sei	0	4	3	0	2	2

Tabela 3 – Viajo(a) regularmente ao exterior.

Grupos	Ano 1	%	Ano 2	%	Ano 3	%
A	1 (n=21)	5%	0 (n=26)	0%	2 (n=25)	6%
C	13 (n=41)	32%	32 (n=56)	62%	26 (n=54)	48%

Uma vez demarcados os grupos de análise, o foco do estudo direcionou-se para a comparação entre a empregabilidade - entendida como a inserção no mercado de trabalho, seja na condição de estagiário ou de funcionário - dos indivíduos dos grupos A e C. No que diz respeito à inserção no mercado de trabalho, pode-se observar nos anos um e dois, uma maior empregabilidade dos indivíduos que compõem o grupo A (menor renda familiar), pois 90% trabalhavam, contra 68% dos integrantes do grupo C, no ano 1, e 92% responderam estar inseridos no mercado de trabalho, no ano 2, contra 71% do grupo C (Tabela 4). Esses dados ainda podem ser reforçados pela comparação com os percentuais de empregabilidade total da amostra, nos dois anos: no ano 1, 74% do total de entrevistados trabalhavam, percentual inferior aos 90% dos integrantes do grupo A e no ano 2, 81% do total responderam estar inseridos no mercado, contra 92% de empregabilidade dos indivíduos do grupo A.

Em um primeiro momento, quando confrontados com as considerações de Bourdieu (1988) acerca das condições mais favoráveis que os “filhos das elites” teriam de fazer valer a formação universitária obtida, os resultados desses dois primeiros anos permitem questionar a abrangência das conclusões do autor, posto que, na amostra pesquisada, são os menos favorecidos que se revelam mais empregáveis e não o outro grupo. O otimismo dessa análise inicial deve ser relativizado, todavia, pois os resultados do ano três não apontaram qualquer diferença no que tange à empregabilidade dos dois grupos: 77% e 78% são os percentuais respectivos dos grupos A e C, nem tampouco com relação ao percentual de empregabilidade do conjunto (78%).

Tabela 4 – Inserção no mercado de trabalho.

Renda Familiar	Ano 1		Ano 2		Ano 3		
	trabalha / estágia	não	trabalha/ estágia	não	trabalha/ estágia	não	
A	até R\$2.000,00	6	1	6	0	11	4
	de R\$2.000,99 a R\$5.000,00	13	1	18	2	16	4
	Total	19	2	24	2	27	8
	%	90%	10%	92%	8%	77%	23%
C	de R\$12.000,99 a R\$16.000,00	7	1	14	3	8	2
	acima de R\$16.000,99	21	12	23	12	34	10
	Total	28	13	37	15	42	12
	%	68%	32%	71%	29%	78%	22%

Para aprofundar o entendimento da inexistência de diferenças entre os percentuais indicativos da empregabilidade dos grupos A e C, no ano três, analisou-se os motivos alegados pelos integrantes dos dois grupos para não estarem trabalhando. Essa análise tampouco sugere diferenças que possam ser interpretadas como decorrentes de posições mais ou menos privilegiadas socialmente (Tabela 5). Contrariamente ao que se poderia supor, não há diferenças entre os motivos alegados pelos formandos dos dois grupos para justificar essa condição: a falta de oportunidade (“estou procurando, mas não consegui”) aparece com a mesma frequência nos dois grupos, o mesmo acontecendo com a opção que sugere a escolha dessa situação (“não estou procurando, no momento”). Não se registrou, portanto, uma situação que sugerisse maiores privilégios daqueles oriundos de famílias com renda mais alta, que seria expressa por uma incidência maior de respostas apontando a inserção no mercado de trabalho como uma opção e não como falta de oportunidade.

Tabela 5 - Motivo para não estar trabalhando (Ano 3).

Grupos (Ano 3)	Estou procurando, mas não consegui emprego/estágio	Não estou procurando, no momento, porque (indique o motivo)	Outros
A	3	4	1
B	0	3	1
C	3	4	5
Total	6	11	7
%	25%	46%	29%

Nota: Total de 24 alunos.

Mas a empregabilidade não pode ser analisada somente em função da obtenção ou não de emprego ou estágio: a qualidade do posto de trabalho, refletida na remuneração obtida e nas características das empresas contratantes (CAMARGO, 1998; POCHMANN, 2001) é relevante para avaliar as eventuais vantagens ou desvantagens, dos membros de um ou de outro grupo, quando se procura entender em que medida a formação universitária contribui para a inserção no mercado de trabalho de seu possuidor. Deve-se considerar que há empregos de maior e menor qualidade, posições que remuneram bem, oferecem melhores perspectivas de carreira e são mais disputadas pelos candidatos e posições que oferecem baixas remunerações, sendo menos cobiçadas pelos estudantes de Administração. Para avaliar a qualidade dos postos de trabalho obtidos analisaram-se, inicialmente, os salários recebidos pelos integrantes dos grupos A e C. A análise inicial da distribuição das frequências das faixas salariais (Tabela 6) nos três anos consecutivos não foi elucidativa, pois não foi possível inferir se os indivíduos de um grupo vêm recebendo salários maiores ou menores do que os do outro.

Tabela 6 – Distribuição da Renda Pessoal.

Renda Pessoal	Ano 1				Ano 2				Ano 3			
	A	%	C	%	A	%	C	%	A	%	C	%
até R\$1.000,00	5	26	14	41	5	21	17	35	9	33	9	21
de R\$1.000,99 a R\$2.000,00	6	32	8	24	14	58	13	27	15	56	15	35
de R\$2.000,99 a R\$3.000,00	7	37	5	15	5	21	11	23	2	7	13	30
de R\$3.000,99 a R\$ 4.000,00	1	5	4	12			4	8	1	4	3	7
de R\$4.000,99 a R\$5.000,00			1	3			1	2			1	2
acima de R\$5.000,00			2	6			2	4			2	5
Informaram a renda pessoal	19		34		24		48		27		43	
Informaram que estão trabalhando/estagiando	21		41		26		52		35		54	
Não informaram a renda pessoal	2		7		2		4		8		11	

Dada a impossibilidade de concluir, com base na simples observação das frequências das remunerações, qual dos dois grupos vem recebendo os melhores salários, considerou-se necessário comparar as médias salariais amostrais dos grupos A e C, no período pesquisado, pois a comparação entre as médias e os desvios padrões permite a formulação de hipóteses estatísticas sobre os parâmetros populacionais. A remuneração média pode ser visualizada na Tabela 7 que consolida as informações referentes à remuneração recebida pelos integrantes dos grupos A e C. Na mesma tabela apresenta-se, também, a distribuição da remuneração dos grupos e o desvio padrão amostral dos mesmos. Ressalta-se que há uma diferença entre a remuneração média dos dois grupos: o Grupo C tem uma remuneração média 5% maior do que o Grupo A no ano 1, 15% no ano dois e 34% no ano três. Essa diferença deve ser relativizada, no entanto, pois o desvio-padrão amostral do Grupo C é 38% maior em relação ao do Grupo A no ano um, 50% no ano dois e 41% no ano três, indicando uma grande dispersão entre as remunerações recebidas, o que torna essa comparação entre as médias, ainda pouco conclusiva.

Tabela 7 – Remuneração média dos Grupos A e C.

	Ano 1		Ano 2		Ano 3	
	Grupo A	Grupo C	Grupo A	Grupo C	Grupo A	Grupo C
Tamanho da amostra*	19	34	24	48	27	43
Média Amostral	R\$1.710,53	R\$1.794,12	R\$1.500,00	R\$1.770,83	R\$1.314,81	R\$1.988,37
Desvio Padrão Amostral	R\$917,66	R\$1.487,92	R\$659,38	R\$1.316,66	R\$735,74	R\$1.241,58

* informaram a renda.

Para aprofundar a inferência estatística sobre a distribuição das médias salariais buscou-se formular hipóteses para a realização dos testes *t* aplicados, visando identificar possíveis diferenças entre as remunerações dos dois grupos, nos três anos investigados. As referidas hipóteses pressupõem que a convergência dos indicadores de remuneração elevada no emprego e origem sócio-econômica privilegiada, por um lado, e remuneração baixa no emprego e origem sócio-econômica menos privilegiada, por outro, em uma amostra de indivíduos com a mesma formação profissional, poderia ser interpretada como um reforço à tese de Bourdieu, acerca da tendência à reprodução das desigualdades sociais, na medida em que indicariam uma vantagem salarial passível de ser associada à origem social.

Com nível de significância (α) de 5% foi feito um teste de hipótese da diferença de duas médias amostrais. As hipóteses formuladas para o teste são as seguintes:

- Hipótese nula: a média salarial populacional dos indivíduos do Grupo A é igual a dos indivíduos do Grupo C ($\mu_A = \mu_C$) para cada ano;
- Hipótese alternativa: a média salarial populacional dos indivíduos do Grupo A é menor a dos indivíduos do Grupo C ($\mu_A < \mu_C$) para cada ano.

Uma abordagem que pode ser utilizada para decidir rejeitar ou não a hipótese nula está baseada numa probabilidade chamada valor-p (Quadro 1). Se assumirmos que a hipótese nula é verdadeira, o valor-p é a probabilidade de se obter um resultado de amostra que é pelo menos tão improvável quanto aquele observado, se o valor p é menor do que o nível de significância (α), a hipótese nula pode ser rejeitada (LEVINE *et alli*, 2000).

Quadro 1 - Teste das Hipóteses da Pesquisa.

Teste t de hipóteses (teste bilateral)			
Supondo distribuição populacional Normal	Ano 1	Ano 2	Ano 3
Diferença entre as médias amostrais	R\$ (83,59)	R\$ (270,83)	R\$ (673,56)
S ² (estimador agrupado da variância populacional)	1729739,57	1306845,24	3152730,40
t _{teste}	-0,22	-0,98	-1,54
Para um nível de confiança (NC) de 95%, nível de significância (α) de 5% , t _{0,025}			
GL (número de graus de liberdade)	51	70	68
t _{crítico}	2,01	1,99	1,99
valor-p	<i>Maior que 20%</i>	<i>entre 20% e 10%</i>	<i>entre 5% e 10%</i>

Na medida em que os valores-p do teste t para cada ano são maiores do que o nível de significância (α) de 5%, a hipótese nula não é rejeitada, ou seja, a média salarial populacional dos indivíduos do Grupo A é igual a dos indivíduos do Grupo C ($\mu_A = \mu_C$) em todos os anos,

invalidando a hipótese alternativa que pressupõe vantagem, em termos de remuneração, para os oriundos de famílias mais favorecidas economicamente.

Outro teste estatístico realizado para verificar as diferenças entre as médias salariais dos dois grupos, para os três anos, foi a análise da variância dois fatores sem repetição (LEVINE, et. al., 2000). O primeiro fator considerado foram os grupos, com dois níveis, e o segundo fator foram os anos, com três níveis. Com nível de significância de 5% foi feito um teste de hipóteses da diferença entre as médias salariais amostrais. As hipóteses formuladas para ANOVA são as seguintes:

- Hipótese nula: independente do ano, a média salarial populacional dos indivíduos nos grupos é igual;
- Hipótese alternativa: independente do ano, a média salarial populacional dos indivíduos nos grupos é diferente;
- Hipótese nula: independente do grupo, a média salarial populacional dos indivíduos ao longo dos anos é igual;
- Hipótese alternativa: independente do grupo, a média salarial populacional dos indivíduos ao longo dos anos é diferente.

Tabela 8 - Resultados da ANOVA dois fatores sem repetição.

RESUMO						
	contagem	soma	média	variância		
Grupo A	3	4525,34	1508,45	39200,41		
Grupo C	3	5553,32	1851,11	14266,68		
Ano 1	2	3504,64	1752,32	3493,76		
Ano 2	2	3270,83	1635,42	36675,35		
Ano 3	2	3303,19	1651,59	226839,70		
ANOVA						
Fonte de variação	soma dos quadrados	graus de liberdade	quadrado médio	F	valor_p	F _{crítico}
Linhas	176124,50	1	176124,50	3,88	0,19	18,51
Colunas	16049,85	2	8024,93	0,18	0,85	19,00
Erro	90884,33	2	45442,16			
Total	283058,70	5				

A interpretação dos resultados da Tabela 8 reforça os resultados do teste anterior: para as linhas (referentes aos seis grupos) como o valor_p é maior que 5% ($F < F_{\text{crítico}}$), pode-se afirmar que não existe uma diferença significativa das médias salariais dos grupos. A análise das colunas (referentes aos três anos), também confirma a inexistência de diferenças significativas das médias salariais, para os anos 1, 2 e 3, conclusão essa que vai de encontro à premissa de Bourdieu (1998) de que os mais favorecidos teriam melhores condições de se inserir no mercado de trabalho e transformar o capital cultural obtido, no caso a educação universitária, em capital econômico. Para a amostra em questão, quando comparadas as médias, as condições salariais dos integrantes dos dois grupos de análise são semelhantes.

Finalmente, com o intuito de identificar outras possíveis vantagens na inserção no mercado de trabalho de um grupo em relação ao outro, observou-se a qualidade dos postos de trabalho obtidos, analisada a partir do perfil das empresas nas quais os formandos estão inseridos. O critério para ponderar sua maior ou menor qualidade foi o porte da empresa. Em geral as grandes empresas, notadamente as multinacionais, têm maior visibilidade, tendem a ter processos seletivos mais estruturados e competitivos, o que as torna mais seletivas. Com base nessas premissas buscou-se identificar eventuais diferenças (ou similaridades) entre as

empregadoras dos dois grupos analisados. Subjacente a essa análise procurou-se verificar se os integrantes do grupo A estavam inseridos em grandes empresas, em proporções semelhantes aos do grupo C, ou se sua elevada empregabilidade refletia inserções menos cobiçadas em empresas menos conhecidas e de porte menor. Ao analisar-se o perfil das empresas que contrataram os formandos, nos três anos pesquisados, não se identificou diferenças significativas entre as empregadoras: as grandes empresas, especialmente multinacionais, são as principais contratantes dos indivíduos oriundos da IES em questão. Há, de fato, empresas de grande porte e visibilidade empregando esses formandos, mas tanto integrantes do grupo A quanto do grupo C têm obtido posições nessas organizações. Enquanto HSBC, Icatu Hartford, TIM e Oi figuram entre as empregadoras de indivíduos menos favorecidos, integrantes do grupo A que possuem renda familiar inferior a R\$2.000,00, Accenture, Ambev, IBM, Vale e Shell empregam integrantes do grupo C.

Os resultados dessas análises não endossam, para as amostras investigadas, as considerações de Bourdieu acerca das condições mais favoráveis que os indivíduos oriundos de estratos sociais mais favorecidos teriam de fazer valer a titulação obtida. As diferenças sociais identificadas entre os dois grupos focados (A e C) não sobressaíram na análise de suas condições de inserção no mercado de trabalho, em nenhum dos três anos investigados. A julgar pelas posições obtidas pelos formandos das amostras dos grupos A e C, não há como considerar que os mais favorecidos economicamente têm melhores oportunidades ao ingressar no mercado de trabalho, posto que diferenças indicativas da qualidade dos postos de trabalho não sobressaíram na comparação entre os dois grupos. Ao contrário, observou-se uma vantagem do grupo A no que diz respeito ao quesito empregabilidade - entendida esta como a capacidade de obter emprego - conforme anteriormente comentado, nos anos 1 e 2 da pesquisa (vide Tabela 4).

5. Conclusões, limitações do estudo e recomendações para futuras pesquisas

A análise dos dados obtidos nos três anos consecutivos (2007, 2008 e 2009) de investigações não trouxe elementos capazes de corroborar a tese de Bourdieu (1988) acerca das condições estruturais de reprodução das desigualdades sociais na sociedade contemporânea. A ausência de diferenças significativas entre as condições de inserção no mercado de trabalho dos respondentes de maior e menor renda, para as amostras pesquisadas, vai de encontro às considerações do autor de que o diploma superior obtido vale o que vale seu possuidor, isto é, quanto mais bem situado social e economicamente um indivíduo, maiores seriam as suas chances de fazer valer esse signo de distinção cultural e de obter retorno econômico do investimento em educação, consubstanciado em posições privilegiadas no disputado mercado das ocupações.

Contudo, o otimismo que os achados da presente pesquisa poderiam gerar deve ser relativizado, quando se leva em conta os próprios limites da pesquisa - três anos de investigação em uma mesma instituição e junto a formandos de um único curso. É importante considerar também que, apesar da origem econômica menos favorecida de parte do corpo discente da Universidade - bolsistas em sua quase totalidade - o acesso desses estudantes por meio de um concurso rigoroso, coloca-os na condição de elite cultural, não obstante sua inserção econômica desfavorável. Privilegiados entre os sem privilégios, esses estudantes conseguem romper uma barreira importante quando tem acesso ao ensino superior de uma universidade de elite. Dessa forma, apesar de serem representantes de estrato econômico menos favorecido - há, na amostra, estudantes com renda familiar inferior R\$ 1.000,00 - sua condição de elite cultural, de favorecidos intelectualmente, torna-os, nos termos de Bourdieu, uma exceção a confirmar a regra, posto que representam uma minoria, quando se leva em conta o estrato social do qual emergem. Conhecendo-se as deficiências do sistema

educacional público brasileiro, não causa surpresa afirmar que apenas uma parcela pequena dos jovens oriundos dos estratos sociais menos favorecidos logra ter acesso a Universidades ditas de “primeira linha”.

Mas, apesar de relativizado, o otimismo que a análise dos dados sugere não pode ser de todo descartado. Apesar de eventual viés nos resultados, decorrente da seleção dentre os menos favorecidos que o sistema de vestibular instituiu, não deixa de ser alvissareiro perceber que, aqueles que logram romper as barreiras culturais limitantes do acesso à formação universitária, parecem conseguir romper também as barreiras econômicas e sociais que, segundo os estudos de Bourdieu, influenciam a validação da educação obtida. Dito de outro modo, pode-se considerar que, ao menos para a amostra pesquisada, não é verdade que “a titulação vale o que vale econômica e socialmente seu possuidor, sendo o rendimento do capital escolar função do capital econômico e social que pode ser dedicado à sua valorização” (BOURDIEU, 1998, p.133), posto que a inserção do mercado de trabalho - forma crucial de fazer valer o capital escolar conquistado, segundo o próprio autor - relevou-se indiferente à origem social dos indivíduos investigados.

As conclusões da pesquisa, apesar de estarem longe de invalidar a pertinência das considerações de Bourdieu, quando se leva em conta o contexto social brasileiro mais abrangente, incitando os pesquisadores a aprofundar estudos capazes de ampliar o diálogo com essa teoria, trazem à memória outro teórico importante, apesar de pouco visitado nas décadas recentes. A constatação de que a educação superior obtida pelos egressos da universidade investigada mostrou-se equalizadora das condições de competição por postos de trabalho de qualidade, permite que se relembre a conhecida (e posteriormente criticada) tese de Schultz (1967; 1987) acerca do valor econômico da educação e de sua importância como determinante das oportunidades de inserção no mercado de trabalho e da remuneração recebida pelos indivíduos. Corroborando essa conclusão, o fato de os formandos investigados serem oriundos de uma universidade considerada de excelência reforça a noção de que educação (de qualidade) valoriza seu possuidor, criando condições para sua ascensão social. Mas o “acerto” de Schultz não chega a invalidar a tese de Bourdieu. Afinal de contas, o acesso dos filhos das não elites a uma universidade de elite teria, além de efeito mais evidente de aumentar o capital cultural desses indivíduos, um efeito secundário, porém não menos importante: aumentar a rede de relacionamentos sociais, de contatos capazes de abrir portas normalmente fechadas aos oriundos dos estratos menos favorecidos. De toda forma, seja pelo acesso ao conhecimento em si, ou seja, pelo acesso a indivíduos bem relacionados, a inserção dos filhos das não elites, na IES em questão parece ter efeitos positivos na inserção e na mobilidade social, fato nada desprezível em uma sociedade desigual, como a brasileira. Este resultado, que reforça a importância de políticas voltadas para a ampliação do acesso à educação superior de indivíduos oriundos de estratos sociais menos favorecidos, está em linha com o trabalho recente de Vargas (2011) que, ao analisar as conexões entre as desigualdades de acesso e permanência no ensino superior, a assistência estudantil e a inserção profissional de uma amostra de egressos da UFMG, também concluiu que, de posse do diploma, os ex-bolsistas estão em igualdade de condições no mercado de trabalho com seus congêneres, mais favorecidos economicamente e que não receberam esse apoio.

Por fim, cabe a sugestão de algumas pesquisas futuras. Seria importante investigar, a partir de uma perspectiva fenomenológica, o significado da experiência vivida por alunos egressos de estratos sociais menos favorecido, em uma instituição considerada como tradicionalmente voltada para a elite. Que estratégias esses alunos utilizam para vivenciar a experiência universitária? De que forma lidam com o fato de não conseguirem ter acesso às mesmas atividades de lazer de seus colegas – também formativas e formadoras de capital cultural - além de não terem acesso às experiências de intercâmbio que se colocam ao alcance dos colegas de estratos sociais mais elevados e não terem, em muitos casos, proficiência em

língua estrangeira? Como se dá o processo de socialização, ajuste e internalização de hábitos até então distantes de sua realidade? E, em ingressando no mercado de trabalho e, portanto expostos a outros hábitos, em que modifica o olhar para a realidade social de origem? As respostas a essas e outras indagações dessa natureza poderão contribuir para aprofundar o entendimento nas nuances que impactam na inserção social e profissional desses indivíduos.

Referências

ANDRADE, F. R. B. As empresas automobilísticas e suas estratégias de formação de Recursos Humanos: a referência da Volkswagen e da Mercedes-Benz do Brasil. In: REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 21, 1998, Caxambu,. **Anais...** Caxambu: ANPED, 1998.CD ROM.

BRIDGES, W. **JobShift: How to Prosper in a Workplace Without Jobs**. Massachussetts: Perseus Books, 1995.

ASSIS, M. A educação e a formação profissional na encruzilhada das velhas e novas tecnologias. In: FERRETTI, C. F. et al. **Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar**. Petrópolis: Vozes, 189-217, 1994.

BALASSIANO, M., COSTA, I. S. A. (org.). **Gestão de Carreiras: dilemas e perspectivas**. São Paulo, Atlas, 2006.

BARDUCHI, A. et al. (org). **Empregabilidade: Competência Pessoais e Profissionais**. São Paulo: Pearson/Prentice Hall, 2010.

BOURDIEU, P. **La Distincion**. Madrid: Taurus, 1998.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

CARDOSO, A.; CARUSO L. A. E CASTRO, N. Trajetórias ocupacionais, desemprego e empregabilidade. Há algo de novo na agenda dos estudos sociais do trabalho no Brasil. **Contemporaneidade e Educação**, ano II, nº 1: 7-23, 1997.

CARDOSO, A. M. Economia x Sociologia: eficiência ou democracia nas relações de trabalho? **DADOS**, 43: 45-82, 2000.

CAMARGO, J.M. Produtividade e preços relativos: o mercado de trabalho no período pós-estabilização. **Texto para Discussão**, 386. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 1998.

DAL ROSSO, S. **Mais Trabalho!** A Identificação do Labor na Sociedade Contemporânea. 1ª ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

DELUIZ, N. et al. **Trabalho e Educação: centrais sindicais e reestruturação produtiva no Brasil**. Rio de Janeiro: Quartet Editora & Comunicação Ltda, 1999.

DUTRA, J. S. **Gestão de Carreiras na empresa contemporânea**. São Paulo: Atlas, 2010.

FERRETTI C.J. et al. **Trabalho, Formação e Currículo: para onde vai a escola**. São Paulo: Xamã, 1999.

FIDALGO, F. **A formação profissional negociada**. França e Brasil, anos 90. São Paulo: A. Garibaldi, 1999.

FRANCO, M. C. Formação profissional para o trabalho incerto: Um estudo comparativo Brasil, México e Itália. In: REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 21, 1998, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPED, 1998. CD ROM.

FRIGOTTO, G. (org). **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século**. Petrópolis: Vozes, 2005.

FRIGOTTO, G. Educação e formação humana: ajuste neoconservador e alternativa democrática. In: GENTILLI, P. e SILVA, T. (org.). **Neoliberalismo, qualidade total e educação**. Petrópolis: Vozes, 2001.

GENTILI, P. Educar para o desemprego: a desintegração da promessa integradora. In FRIGOTTO, G. (org.). **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século**. Petrópolis: Vozes, 2005.

LEVINE, D. M. et al. **Estatística: teoria e aplicações**. Rio de Janeiro: LT, 2000.

MACHADO, L. Educação básica, empregabilidade e competência. **Trabalho e Educação**. n°3, jan./jul. 15-21, 1998.

MACHADO, L. R. S. A educação e os desafios das novas tecnologias. In: FERRETTI, C. F. et al. **Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar**. Petrópolis: Vozes, 1994, 51-168, 1994.

MILITÃO, M. N. S. A. Flexibilização da educação profissional. **Trabalho e Educação**. Belo Horizonte, n. 3, jan./jul, 1998.

MINARELLI, J. A. **Empregabilidade: o caminho das pedras**. São Paulo: Editora Gente, 1995.

MINARELLI, J. A. **Carreira Sustentável**. São Paulo: Editora Gente, 2010.

PERROTA, C. A formação do trabalhador técnico num contexto de mudanças científicas e tecnológicas: pressupostos teóricos e práticas institucionais. Dissertação de Mestrado. PUC-Rio, 1995.

POCHMANN, M. **O emprego na globalização**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.

ROCHA-PINTO, S. R. Implantação do Modelo de Competência em Instituições de Ensino: Lições Aprendidas com o Ensino Técnico Profissional. In: ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 28, 2004, Curitiba. **Anais ...** Curitiba: ENANPAD, 2004. CD-ROM.

RODRIGUES, J. Da teoria do capital humano à empregabilidade: um ensaio sobre as crises do capital e a educação brasileira. **Trabalho e Educação**. 2: 215-230, 1997.

SALM, C. **Novas tecnologias, trabalho e educação; um debate multidisciplinar**. Petrópolis: Vozes, 1994.

SHINZAKI, K., SACHUK M. I. Um Estudo dos Fatores Promotores de Mudanças no Mundo do Trabalho em Projetos Pedagógicos do Curso de Graduação em Administração In: ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 29, 2005, Brasília, **Anais ...** Brasília: ENANPAD. CD-ROM.

SCHULTZ, T. **O valor econômico da educação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

SCHULTZ, T. **Investindo no povo**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

VARGAS, M.L.F. Ensino superior, assistência estudantil e mercado de trabalho: um estudo com egressos da UFMG. **Avaliação**. Campinas, Sorocaba, v.16, n.1,p.149-163, mar.2011.